



Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Centro de Recebimento e Tratamento de Manifestações

DESPACHO

Nº do Processo: 009.00002033/2023-45

Assunto: Protocolo SIC.SP nº [REDACTED]

SECRETARIA: Procuradoria Geral do Estado - PGE

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]
Pereira

EMENTA: Pedido de acesso ao resultado do estudo para criação de teletrabalho para os estagiários da Procuradoria Geral do Estado. Documento inexistente. Não conhecimento.

DECISÃO CGE-CODUSP/LAI Nº 00323/2023

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Procuradoria Geral do Estado - PGE, conforme consta do protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta e em recurso o órgão informou que não há estudos em andamento para criação de teletrabalho para os estagiários da PGE. Insatisfeito o solicitante apresentou o presente apelo cabível a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022
3. Instado a se manifestar o órgão esclareceu que atualmente o estágio de estudantes de Direito na Procuradoria Geral do Estado não admite a modalidade remota, sendo desenvolvido presencialmente e no ambiente de trabalho e reiterou a resposta inicial.
4. No caso concreto em análise verifica-se que o ente esclareceu que o documento solicitado não foi produzido.
5. Nesse sentido cumpre esclarecer que o direito de acesso à informação não estabelece a prerrogativa do interessado de requerer a produção de toda e qualquer informação, uma vez que a Lei federal 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI) autoriza a Administração Pública a comunicar que não possui a informação, caso ela não exista.
6. O atendimento a um pedido de acesso à informação pressupõe que a informação exista, assim a declaração de inexistência da informação é considerada resposta satisfatória para fins de Lei de Acesso à Informação, sendo oportuno lembrar que as manifestações de órgão público são revestidas de presunção relativa de veracidade, conforme precedentes desta Controladoria Geral do Estado, a exemplo das Decisões CGE-CODUSP/LAI 007/2023 e CGE-CODUSP/LAI309/2022, entendimento também consolidado no plano federal pela Comissão Mista de Reavaliação de Informações - CMRI, como pode ser observado no disposto na Súmula CMRI nº 6/2015:
7.

"INEXISTÊNCIA DE INFORMAÇÃO: A declaração de inexistência de informação objeto de solicitação constitui resposta de natureza satisfativa; caso a instância recursal verifique a existência da informação ou a possibilidade de sua recuperação ou reconstituição, deverá solicitar a prejuízo de eventuais medidas de apuração de responsabilidade no âmbito do órgão ou da entidade em que tenha se verificado sua eliminação irregular ou seu descaminho."
8. Desta forma, considerando que o órgão comunicou a inexistência da informação solicitada, **não conheço do recurso**, com fundamento no artigo 11, § 1º, inciso III, da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, ausentes quaisquer das hipóteses de provimento recursal previstas no artigo 20, incisos I a IV, do Decreto nº 58.052, de 16 maio de 2012.
9. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 22 de setembro de 2023.

Valmir Gomes Dias



Documento assinado eletronicamente por **Valmir Gomes Dias**,
Coordenador de Ouvidoria de Defesa do Usuário do Serviço
Público, em 22/09/2023, às 18:49, conforme horário oficial de
Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10](#)
[de abril de 2023](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site